



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcos
Pollon

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024

(Do Sr. Marcos Pollon).

Apresentação: 11/11/2024 10:31:17.363 - Mesa

RIC n.4116/2024

Requer informações ao Ministro de Estado Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, sobre a prisão de Agentes da Receita Federal por desvio de mercadoria realizada pela Polícia Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. EX.^a, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, requer seja enviado o presente Requerimento de Informações ao Ministro da Justiça, Sr. Ricardo Lewandowski, para prestar esclarecimentos sobre a prisão de Agentes da Receita Federal por desvio de mercadoria realizada pela Polícia Federal. Para tanto requer sejam respondidos os questionamentos abaixo:

- 1- Como o esquema funcionava na prática? Quais eram os procedimentos utilizados para desviar as mercadorias? Qual a participação de cada envolvido (servidores, empresários, etc.)?
- 2- Há quanto tempo o esquema estava em funcionamento? É possível estimar o prejuízo total causado aos cofres públicos?
- 3- Quais tipos de mercadorias eram mais comumente desviados? Havia alguma preferência por produtos específicos?
- 4- Existem indícios de que outros órgãos públicos ou empresas que estavam envolvidas nesse esquema?
- 5- Qual o impacto desse tipo de crime na economia nacional?



* C D 2 4 1 6 4 6 2 7 8 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

- 6- Quais foram as principais evidências que levaram à deflagração da operação?
- 7- A participação de Agentes da Receita Federal no cometimento deste tipo de crime, em tese, não revela a fragilidade do sistema de competência da Receita Federal?
- 8- A Polícia Federal além de investigar e prender os Agentes da Receita Federal, quais foram os empresários indiciados e quiçá presos?
- 9- Há suspeita de que outros servidores da Receita Federal ou de outras instituições estejam envolvidos em esquemas semelhantes?
- 10- Quais medidas de prevenção serão tomadas para evitar que novos casos como esse ocorram?
- 11- É necessário aprimorar os mecanismos de controle interno na Receita Federal? Como aumentar a transparência nas ações da Receita Federal?
- 12- Quais os desafios enfrentados pela Receita Federal no combate a esse tipo de crime?
- 13- Por fim qual o prejuízo causado a União com os crimes cometidos por estes Agentes da Receita Federal?

JUSTIFICATIVA

No exercício do mandato de Deputado Federal, amparado pelo dever constitucional de fiscalizar os atos do Poder Executivo, como representante do povo, esse parlamentar tem duas atribuições precípuas, estabelecidas na Constituição: legislar e fiscalizar. Nos últimos anos, os deputados têm ganhado cada vez mais relevância nesses quesitos e principalmente em crimes supostamente cometidos por agentes públicos.

Uma operação da Polícia Federal (PF) resultou na prisão de cinco servidores da Receita Federal em Santa Maria. A ação teve apoio da Corregedoria da Receita. Os presos são suspeitos de contrabando e subtração de mercadorias do depósito da fiscalização federal no município, o maior da região central do Estado.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

A Polícia Federal (PF) prendeu preventivamente, durante operação na manhã desta quarta-feira (6), servidores da Receita Federal e empresários suspeitos de envolvimento em um esquema de contrabando e desvio de mercadorias para revenda no Rio Grande do Sul. Eles teriam cometido os crimes de peculato, facilitação ao contrabando ou descaminho, lavagem de dinheiro e organização criminosa. O prejuízo é estimado em R\$ 150 milhões.

Os presos não tiveram os nomes divulgados. No total, 10 pessoas foram presas até a atualização mais recente, segundo a PF – um auditor fiscal, três analistas tributários e um quinto servidor da Receita Federal, além de quatro empresários e um policial militar (PM). As identidades deles não foram divulgadas. As prisões ocorreram em Santa Maria, em Pelotas e em Chapecó, no estado de Santa Catarina (SC).

Foram oito prisões em Santa Maria, uma em Pelotas e uma em Chapecó (SC). A ação também envolve buscas e apreensões de mercadorias que ingressaram no Rio Grande do Sul pela Fronteira Oeste.

A ação contou com a participação de aproximadamente 90 policiais federais e 16 integrantes da Corregedoria da Receita Federal. Foram cumpridos nove mandados de prisão preventiva, 15 de busca e apreensão e 12 medidas cautelares, além do sequestro de 22 imóveis e 24 veículos, bem como o bloqueio de contas bancárias dos investigados, com valor aproximado de R\$ 37 milhões. Houve uma prisão em flagrante.

Segundo a apuração, servidores fraudavam registros de apreensão, de modo que apenas uma parte dos produtos apreendidos ingressasse de fato no depósito de mercadorias da Delegacia da Receita em Santa Maria. Eram telefones, tablets, computadores, joias.

A comercialização dessas mercadorias era realizada por um grupo que, segundo a PF, "repassava os valores das vendas aos agentes públicos mediante comissão".

Foi identificada também a participação de um policial militar de Santa Catarina, lotado na inteligência do órgão, que além de auxiliar na operacionalização das





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

abordagens a alvos potenciais, prestava apoio na venda e na destinação de produtos desviados.

“As mercadorias, após a apreensão, eram encaminhadas a um grupo criminoso, que as revendia. Parte do resultado era repassado aos servidores federais. Mediante a prática, o grupo de funcionários adquiriu mais de 10 imóveis” — comenta o delegado.

Conforme a PF, um grupo de servidores públicos da Receita Federal é suspeito de usar os cargos que ocupam para desviar e se apropriar de mercadorias apreendidas em atividades de fiscalização fazendária para revenda. O caso começou a ser investigado no fim de 2023, depois que a Receita Federal identificou diferença entre quantidade de operações e número de produtos apreendidos.

"A Corregedoria da Receita foi comunicada pela Superintendência da Receita Federal no Rio Grande do Sul acerca de possíveis esquemas de desvio de mercadorias de alto valor agregado. Eu não estou falando de bugiganga, estou falando de mercadorias como celulares, iPhone, outros dispositivos dessa mesma marca, aliás, a favorita do esquema delituoso. Joias, perfumes, garrafas de whisky, garrafas de vinho", explica Christiano Paes Leme, auditor-fiscal da Corregedoria da Receita Federal.

Portanto urge a sejam fornecidas as Informações do Ministro da Justiça para esclarecer todo o acima exposto e a demora na prisão dos agentes da Receita Federal e o montante realmente apurado com esses desvios e, ainda, o quanto a Receita Federal deixou de arrecadar com os desvios de mercadorias citados.

Pelo exposto requer a aprovação do presente requerimento e consequentemente seja enviado ao Ministro em tela, para darmos uma resposta efetiva a população brasileira.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2024

MARCOS POLLON





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcos
Pollon

PL/MS

Apresentação: 11/11/2024 10:31:17.363 - Mesa

RIC n.41116/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD241646278500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

